Processo TC 041.204/2018-2 (103 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada em 2017 pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social, em desfavor de José Ney Leal Petrola, ex-prefeito de Arneiroz/CE (gestão 2005-2008), em razão de impugnação parcial das despesas do Convênio 337/2007, com vigência entre 19/12/2007 e 31/12/2009, cujo objeto foi a construção de cisternas e a capacitação de beneficiários. Os recursos para implementação do objeto foram orçados em R\$ 365.570,40, dos quais R\$ 14.870,40 seriam referentes à contrapartida do ente municipal e o restante, R\$ 350.700,00, a recursos federais (peça 63).

Na fase externa da TCE, a unidade técnica do TCU promoveu a citação do responsável pela seguinte conduta extraída da matriz de responsabilização (peça 69, p.6):

“Deixar de apresentar documentos complementares à prestação de contas relativos ao Convênio 337/2007 - Siafi 598010, nos seguintes moldes:

- com relação à Meta 1 — Construção de cisternas: reprovação de 148 cisternas, pelo fato de não terem sido enviados os Termos de Recebimento devidamente assinado pelas famílias beneficiadas;

- com relação à Meta 3 — Capacitação de beneficiários: reprovação total das 7 capacitações de famílias-GRH, pelo fato de não ter sido enviado a lista de assinaturas com os participantes.”

No que se refere à “Meta 1 - Construção de cisternas”, a Secex/TCE acatou parcialmente os argumentos de defesa, comprovando-se a construção de 253 unidades (90,35 %), restando configurado o débito pela falta de construção de 27 cisternas (9,64%) ou R\$ 33.817,50 (data-base 2008). Quanto à “Meta 3 - Capacitação de beneficiários”, concluiu que essa etapa foi realizada com recursos municipais da contrapartida (peça 7, p.5), e não considerou essa parcela no cálculo do débito. Por fim, propôs o julgamento pela irregularidade das contas, a condenação em débito, mas deixou de propor a aplicação de multa ao ex-prefeito em virtude da prescrição da pretensão punitiva do TCU (peça 96).

O MP de Contas acompanhou a unidade técnica no sentido de se imputar o débito apenas em relação à falta de construção das cisternas (peça 99).

Vossa Excelência, por despacho, devolveu o processo para a unidade técnica para reavaliação da “Meta 3 – capacitação de beneficiários” (contrapartida municipal), por entender que a execução do convênio deve ser avaliada de forma global e a quantificação do dano deve ser feita na mesma proporcionalidade estipulada no termo de convênio, consoante Acórdão 1.856/2019-Primeira Câmara, da vossa relatoria (peça 100).

Ato contínuo, a Secex/TCE analisou as alegações referentes à “Meta 3 – Capacitação de beneficiários” (contrapartida municipal), concluindo que a meta foi integralmente realizada. Com isso, a unidade técnica retificou a metodologia de cálculo do débito, preservando-se a proporcionalidade estipulada no termo de convênio, ou seja, o percentual de 95,93% (recursos federais/recurso total). Com isso, o valor do débito passou de R\$ 33.817,50 para R\$ 32.449,44 (data-base 2008). Por fim, no mesmo sentido da instrução anterior, propôs o julgamento pela irregularidade das contas, a condenação em débito, mas deixou de propor a aplicação de multa ao ex-prefeito em virtude da prescrição da pretensão punitiva do TCU (peça 101).

O Ministério Público de Contas da União concorda com o aprimoramento da metodologia de cálculo do dano realizada pela unidade técnica, e endossa a proposta de encaminhamento no sentido de (peças 101-103):

“a) rejeitar parcialmente as alegações de defesa do Sr. José Ney Leal Petrola (CPF 054.550.573-91);

b) julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c”, § 2º, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 209, inciso III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, as contas do Sr. José Ney Leal Petrola (CPF 054.550.573-91), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data do efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei;

Débito (item 65 desta) - Sr. José Ney Leal Petrola (CPF 054.550.573-91)

Valor (R\$)	Data
24.469,12	31/12/2008
7980,32	9/12/2008

c) autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;

d) autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

e) enviar cópia do Acórdão a ser prolatado, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentarem, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

f) enviar cópia do Acórdão que vier a ser proferido ao Ministério da Cidadania e ao responsável, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.”

Brasília, 5 de junho de 2020.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador